



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
Gabinete do Des. Patriota Malta

6ª CÂMARA CÍVEL

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0289048-4

COMARCA: 2ª VARA CÍVEL DE OLINDA

APELANTE: MAURÍCIO JOAQUIM DE MELO

APELADO: BANCO CRÉDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S/A  
(SUCESSOR O BANCO REAL S.A.)

RELATOR: DES. JOSÉ CARLOS PATRIOTA MALTA

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL – AÇÃO DE REVISÃO DE CONTRATO C/C CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO – JUSTIÇA GRATUITA DEFERIDA - APLICAÇÃO DA SÚMULA 596 DO STF – REGIME DE CAPITALIZAÇÃO DOS JUROS – SPREAD BANCÁRIO NÃO SE CONFUNDE COM OS LUCROS DOS BANCOS – LIBERDADE DA TAXA DE JUROS – COMISSÃO DE PERMANÊNCIA – POSSIBILIDADE – TARIFAS ADMINISTRATIVAS – ABUSIVIDADE – APELO PARCIALMENTE PROVIDO – UNANIMIDADE.

**ACÓRDÃO:** Vistos, relatados e discutidos estes autos da **Apelação Cível nº 0289048-4**, em que figuram como Apelante **MAURÍCIO JOAQUIM DE MELO** e como Apelado **BANCO CRÉDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S/A (SUCESSOR O BANCO REAL S.A.)**, os Senhores Desembargadores componentes da 6ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Pernambuco, acordam da seguinte forma: ***“Por unanimidade, deu-se parcial provimento ao apelo, observando-se, todavia o deferimento da justiça gratuita, nos termos dos votos da Turma”***. Tudo de acordo com o relatório, os votos, e o termo de julgamento, que ficam fazendo parte integrante deste julgado.

Recife, 22 de março de 2013.

  
Des. José Carlos Patriota Malta  
Relator



- 134 -

**Tribunal de Justiça de Pernambuco**  
**6ª. Câmara Cível**  
**Gabinete do Desembargador Patriota Malta**

**APELAÇÃO CÍVEL Nº 0289048-4**

**APELANTE: MAURÍCIO JOAQUIM DE MELO**

**ADV: DAVYSON JOSÉ S. PEREIRA PE009950E**

**APELADO: AYMORÉ CRÉDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S/A (SUCESSOR DO BANCO REAL S.A.)**

**ADV: RICARDO JORGE RABELO PIMENTEL BELEZA PE017879**

**ÓRGÃO JULGADOR: 6ª CÂMARA CÍVEL**

**RELATOR: DES. JOSÉ CARLOS PATRIOTA MALTA**

**RELATÓRIO**

**Ação:** Cuida-se de Ação de Revisão de Contrato c/c Consignação em Pagamento.

**Sentença Recorrida:** A Decisão (fls. 33/43) julgou, liminarmente, improcedentes os pedidos da exordial, com fulcro no art. 285-A, do Código de Processo Civil, determinando, conseqüentemente, a extinção do processo com resolução do mérito. Sem honorários, ante a ausência de contraditório.

**Objeto:** Apelação com pedido de anulação da sentença hostilizada fls. (70/99).

**Razões recursais:** Reitera através do apelo a pertinência da ação interposta, nos termos do art. 335, V, do CC, além do seu inconformismo com relação à taxa de juros do contrato de financiamento, alegando a prática da usura, combatendo, também, a composição do spread bancário e a comissão de permanência. Alega serem cláusulas abusivas as que permitem a cobrança das tarifas de cadastro, avaliação do bem e a inclusão de gravame, devendo ser declaradas nulas, conforme o teor do CDC.

**Contra-razões:** Às fls. 108/121 requerendo o desprovimento do apelo e a manutenção da sentença.

**É o que Importa relatar.**  
**À Doute Revisão.**

Recife, 05 de novembro de 2012.

**Des. José Carlos Patriota Malta**  
Relator



Tribunal de Justiça de Pernambuco  
6ª. Câmara Cível  
Gabinete do Desembargador Patriota Malta

**APELAÇÃO CÍVEL Nº 0289048-4**

**APELANTE: MAURÍCIO JOAQUIM DE MELO**

**ADV: DAVYSON JOSÉ S. PEREIRA PE009950E**

**APELADO: AYMORÉ CRÉDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S/A (SUCESSOR DO BANCO REAL S.A.)**

**ADV: RICARDO JORGE RABELO PIMENTEL BELEZA PE017879**

**ÓRGÃO JULGADOR: 6ª CÂMARA CÍVEL**

**RELATOR: DES. JOSÉ CARLOS PATRIOTA MALTA**

**VOTO RELATOR**

Inicialmente, defiro o pedido de justiça gratuita postulado pela parte autora/apelante, sendo oportuno explicitar o posicionamento do STJ sobre o tema:

**PROCESSUAL CIVIL. ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA. DECLARAÇÃO DE POBREZA. PRESUNÇÃO JURIS TANTUM. ÔNUS DA PARTE ADVERSA .** 1. Para a obtenção do benefício da assistência judiciária gratuita é suficiente a simples afirmação do interessado de ser necessitado na forma da lei. 2. A declaração assim prestada firma em favor do requerente a presunção relativa de pobreza, cabendo à parte adversa o ônus de provar a inexistência ou o desaparecimento do estado de miserabilidade. *Precedente: AgRg no MS 15.282/DF, Rel. Min. Castro Meira, Primeira Seção, DJe 2.9.2010.* 3. *Recurso especial provido. (REsp 1199970/SP, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 07/10/2010, DJe 25/10/2010)*

Sobre o direito material em análise, o Superior Tribunal de Justiça, com supedâneo do artigo 543-C do Código de Processo Civil e considerando a multiplicidade de recursos relacionados a direito bancário, especialmente no que diz respeito a i) juros remuneratórios, ii) capitalização de juros, iii) mora, iv) comissão de permanência, v) inscrição do nome do devedor em cadastros de proteção ao crédito e vi) disposições de ofício no âmbito de julgamento da apelação acerca de questões não devolvidas ao Tribunal, instaurou incidente de processo repetitivo, sendo escolhido, como representativo, o Recurso Especial nº 1.061.530/RS.

Ficou consignado que as Instituições financeiras não se sujeitam à limitação de juros remuneratórios imposta pelo Decreto nº 22.626/33 -Lei da Usura -, orientação esta que também encontra respaldo no Supremo Tribunal Federal, consoante se depreende da **Súmula 596**:

**"As disposições do Decreto n. 22.626/1933 não se aplicam às taxas de juros e aos outros encargos cobrados nas operações realizadas por instituições públicas ou privadas que integram o sistema financeiro nacional".**



**Tribunal de Justiça de Pernambuco  
6ª. Câmara Cível  
Gabinete do Desembargador Patriota Malta**

Em razão disso, a revisão pelo Poder Judiciário da cláusula que estabeleça juros remuneratórios somente deve ocorrer em situações reguladas pelo Código de Defesa do Consumidor e evidentemente abusivas, **o que se mede em cada caso específico.**

Vale ressaltar, também, que o "**spread bancário**" não se confunde com os lucros dos bancos, sendo que da diferença entre as taxas de captação e as finais são ainda deduzidas despesas operacionais, as quais dizem respeito à organização interna das instituições financeiras.

Relativamente ao regime da capitalização dos juros, admite-se a capitalização mensal dos juros quando o contrato for posterior à Medida Provisória nº 1.963-17, de 30 de março de 2000, sucessivamente reeditada até a Medida Provisória nº 2.170-36, de 23 de agosto de 2001, em vigor pelo artigo 2º da Emenda Constitucional nº 32, de 11 de setembro de 2001.

Cita-se o seguinte precedente jurisprudencial do Superior Tribunal de Justiça, assim ementado:

**AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO REVISIONAL. CONTRATO BANCÁRIO. JUROS REMUNERATÓRIOS. LIMITAÇÃO À TAXA MÉDIA DE MERCADO. DECISÃO AGRAVADA MANTIDA. IMPROVIMENTO. 1.- Os juros remuneratórios, quando ausente o percentual contratado, incidem pela taxa média do mercado em operações da espécie, apurados pelo Banco Central do Brasil. 2.- A agravante não trouxe nenhum argumento capaz de modificar a conclusão do julgado, a qual se mantém por seus próprios fundamentos. 3.- Agravo Regimental Improvido. (AgRg no Ag 1393805/CE, Rel. Ministro SIDNEI BENETI, TERCEIRA TURMA, julgado em 13/12/2011, DJe 01/02/2012)**

**"EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO DE ABERTURA DE CRÉDITO. CAPITALIZAÇÃO MENSAL DE JUROS. POSSIBILIDADE. MP 2170-36. PRECEDENTES. Possível, nos contratos celebrados após 31.03.2000, a pactuação de juros capitalizados em período inferior a um ano, conforme entendimento firmado no julgamento do Resp. n. 602.068/RS. Embargos de divergência conhecidos e providos. (EResp 598.155/RS, Rel. Ministro CESAR ASFOR ROCHA, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 22.06.2005, DJ 31.08.2005 p. 175)"**

O contrato discutido no caso é posterior à medida provisória em referência, sendo, portanto, admitida a capitalização de juros mensal.

Ressalto que a pretensão da apelante não pode ser alcançada perante o ordenamento jurídico, e nesse sentido norteou-se a decisão de primeiro grau. Vale ressaltar que **no Brasil a taxa de juros reais é livre**, regulada pelas contingências do



**Tribunal de Justiça de Pernambuco  
6ª. Câmara Cível  
Gabinete do Desembargador Patriota Malta**

mercado financeiro e a saúde econômica do país, descabendo ao Judiciário determinar a composição ou a quantificação de lucros, encargos, tarifas, ou seja, regular a lucratividade das Instituições financeiras.

**Sobre a comissão de permanência, vale explicitar o seguinte:**

*"A comissão de permanência, calculada pela taxa média dos juros de mercado apurada pelo Banco Central do Brasil e tendo como limite máximo a taxa do contrato (Súmula 294/STJ), é devida para o período de inadimplência, desde que não cumulada com correção monetária (Súmula 30/STJ), juros remuneratórios, moratórios ou multa contratual." ( AgRg no REsp 1065947/MS - Rel. Min. Fernando Gonçalves -J. 25/11/2008 - DJ 09/12/2008).*

**AGRAVO REGIMENTAL. AÇÃO REVISIONAL. CONTRATO BANCÁRIO. JUROS REMUNERATÓRIOS. TAXA SEM PREVISÃO CONTRATUAL. UTILIZAÇÃO DA TAXA MÉDIA DE MERCADO. COMISSÃO DE PERMANÊNCIA. CUMULAÇÃO COM OS DEMAIS ENCARGOS MORATÓRIOS. IMPOSSIBILIDADE. 1.- A Segunda Seção desta Corte, no julgamento do REsp 715.894/PR, Relatora a Ministra NANCY ANDRIGHI, decidiu que, nos contratos de mútuo, reconhece-se a potestatividade da cláusula que prevê a incidência dos juros sobre o débito contraído sem fixar o respectivo percentual, e que, nessas hipóteses, os juros remuneratórios deverão ser fixados à taxa média praticada pelo mercado em operações da espécie, apurados pelo Banco Central do Brasil. 2.- É admitida a cobrança da comissão de permanência no período da inadimplência nos contratos bancários, à taxa de mercado, desde que (i) pactuada, (ii) cobrada de forma exclusiva - ou seja, não cumulada com outros encargos moratórios, remuneratórios ou correção monetária - e (iii) que não supere a soma dos seguintes encargos: taxa de juros remuneratórios pactuada para a vigência do contrato; juros de mora; e multa contratual. 3.- Agravo Regimental improvido. (AgRg no Ag 1410175/RS, Rel. Ministro SIDNEI BENETI, TERCEIRA TURMA, julgado em 20/09/2011, DJe 04/10/2011)**

No caso em análise, portanto, a cobrança da comissão de permanência é perfeitamente possível, desde que calculada pela taxa média do mercado apurada pelo Banco Central do Brasil, limitada, porém, à taxa contratada e, ainda, desde que cobrada isoladamente, afastando, por consequência, sua cumulação com a correção monetária (Súmula n. 30/STJ), juros remuneratórios, moratórios ou multa contratual.

Todavia, com relação à cobrança de tarifas administrativas (tarifa de cadastro, tarifa de avaliação do bem e inclusão de gravame), ainda que expressamente previstas no contrato entabulado, são abusivas nos termos do artigo 51 do Código de Defesa do



Tribunal de Justiça de Pernambuco  
6ª. Câmara Cível  
Gabinete do Desembargador Patriota Malta

Consumidor, uma vez que tem como objetivo minimizar os gastos da instituição financeira, os quais são inerentes à sua atividade.

Referidas tarifas não são cobradas em virtude de uma prestação de serviço oferecida ao consumidor, mas sim, para cobrir gastos administrativos, cuja responsabilidade entendo ser exclusiva da instituição financeira.

É ponto incontroverso que a apelada, ao entabular o contrato com o apelante, já estabeleceu os preços de seus serviços embutidos nos juros e encargos, não havendo razão para exigir, além deles, tarifas referentes à sua própria atividade.

Observo que o recurso não reprisou o pedido de devolução em dobro, eis que não era mesmo o caso, pois não houve demonstração de má-fé por parte da apelada.

Dessa forma, declaro a nulidade das referidas cobranças, condenando a parte apelada a restituir os valores, com correção monetária a partir dos desembolsos e juros de mora a partir da citação, tão só.

No mesmo sentido da presente decisão:

*\*CONTRATO Serviços bancários Financiamento para aquisição de veículo - Capitalização de Juros Possibilidade Pacto firmado após a MP 1.963-17 (2.170-36) Cobrança de tarifa de cadastro (TAC), tarifa de avaliação de bem/registro de contrato/inclusão de gravame, tarifa de avaliação de bem e remuneração de serviços de terceiros/promotora de vendas Abusividade caracterizada Art. 51, IV do CDC Determinada a devolução de forma simples e devidamente corrigida - Recurso provido em parte\*51IVCDC (138820128260483 SP 0000013-88.2012.8.26.0483, Relator: Mala da Rocha, Data de Julgamento: 03/09/2012, 21ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 06/09/2012)*

**Assim, ante todo o exposto, MEU VOTO É DAR PARCIAL PROVIMENTO À APELAÇÃO, apenas para declarar a nulidade das cobranças relativas às tarifas de cadastro, de avaliação do bem e inclusão de gravame, condenando a parte apelada a restituir os valores, com correção monetária a partir dos desembolsos e juros de mora a partir da citação, mantendo-se, no mais, a sentença, inclusive no tocante aos ônus sucumbenciais, observando-se, todavia, o deferimento do benefício da Justiça gratuita.**

**É COMO VOTO.**

*Recipe, 19/03/2013.*



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
*Gabinete Des. Eduardo Augusto Paurá Peres*

---

**SEXTA CÂMARA CÍVEL**

**APELAÇÃO CÍVEL Nº 0289048-4**

**APELANTE:** Maurício Joaquim de Melo

**APELADO:** Banco Crédito Financiamento e Investimento S/A., sucessor do Banco Real S/A

**RELATOR:** Des. José Carlos Patriota Malta

**REVISOR:** Des. Eduardo Augusto Paurá Peres

**VOTO-REVISÃO**

Ative-me atentamente ao voto proferido pelo Nobre Relator e, quando do envio dos presentes autos à minha revisão, fiz pontuais apontamentos sobre a matéria.

E em face do esgotamento do assunto em seu voto e da fundamentação expendida, acompanho o Relator, sem mais considerações a serem feitas.

É meu voto.

Recife,

12 de março de 2013.

  
Des. Eduardo Augusto Paurá Peres  
**Revisor**